

A Questão Religiosa no Brasil

No Brasil, as relações entre a igreja católica e a maçonaria assumiram feições especiais. As bulas e condenações papais parecem não ter sido levadas muito a sério, haja vista o grande número de sacerdotes participantes de lojas maçônicas e até em movimentos revolucionários, com a participação no famoso Areópago de Itambé dos padres João Ribeiro, Antônio Félix Velho Cardoso, José Pereira, entre muitos outros.¹

Nicola Aslan registra como loja regular mais antiga do Brasil a Loja União da Praia Grande, atual Niterói, no ano de 1800, praticando o rito Adonhiramita.² Com o correr dos anos, outras lojas foram surgindo em todo o território nacional, de norte a sul, profundamente influenciadas pelo liberalismo intelectual francês que, via Portugal, chegava ao Bra-

sil através dos jovens de famílias abastadas mandados estudar em Coimbra e em outras universidades européias. As primeiras lojas já cultivavam os ideais libertários e republicanos, como atestam as referências nos documentos da época das ações policiais repressivas³, como registram os Anais Maçônicos Fluminenses, publicados em 1832:

Aula 8

Objetivos:

- Comentar as razões do histórico conflito Maçonaria / Igreja Católica no Brasil;
- Ressaltar o significado das reivindicações maçônicas à época, comparando-as com a realidade atual.

“No tempo que decorreu de 1810 a 1821 algumas lojas existiram, mas tão efêmeras que não merecem ser comemoradas. Perseguidos pela polícia, os seus membros mudando de lugar a cada sessão e fazendo pesados sacrifícios para trabalharem algumas vezes fora de perigo de serem lóbrigados pelos espiões do governo, aborreciam-se de tantas fadigas, abafavam em quase esquecimento o seu zelo e recolhiam-se às suas casas para gozarem de algum repouso. Destas lojas, a que por mais tempo persistiu, e de cujos trabalhos o governo sabia por espiões que nas suas mesmas colunas se assentavam, foi a que se intitulava S. João de Bragança, onde gente grada, mas quase toda a corte, se filiara. A este mesmo quadro, assim espiado e como que tolerado pelo governo, não pôde por muito tempo escapar ao assombrado gênio do Ministro de Estado Vila Nova e foi bastante motivo para desenvolver-se a bárbara perseguição que em Lisboa fizera o Marquês de Campo Maior aos maçons lusitanos, da qual foi desgraçada vítima além de outros, o benemérito Gomes Freire.”

Também a revolução pernambucana de 1817 contou com a participação destacada de clérigos, num número avantajado de 60 padres e 10 frades, a maioria maçons. Calvet Fagundes,⁴ detalhando a técnica utilizada na preparação do movimento, comenta:

“A maçonaria procurara, desde a fundação do Areópago de Itambé, em cada vila principal iniciar o seu Capitão-Mor, de modo que cada um destes organizasse a sua academia, grêmio ou sociedade secreta. Por outro lado, os padres, com grande influência sobre as populações em geral, mas sobretudo no que se refere às do interior, trabalharam ativamente junto aos grandes senhores de engenho e autoridades nas vilas e povoados, de origem brasileira, já que quando se tratava de portugueses isso não era possível.”

É por demais conhecida e festejada a participação da maçonaria nos eventos que promoveram a Independência do Brasil, através da loja Comércio e Artes, de Gonçalves Ledo. O leitor interessado encontrará na obra de Calvet Fagundes já citada extensa e profunda análise sobre o tema.⁵ Os demais eventos revolucionários, como a confederação do Equador e a complexa Revolução farroupilha também contaram com a presença ativa de maçons, em ambas as frentes de combate.

Durante o Império a igreja católica brasileira encontrava-se em condições difíceis, dada a atitude corrente entre seus clérigos de partici-

pação política, desobediência das imposições de celibato e, conseqüentemente, negligência dos deveres sacerdotais.⁶ Nessa época a Igreja era totalmente dependente do estado, já que a remuneração de todo o prelado tinha como fonte o Tesouro Nacional. Apesar da já citada participação política e maçônica de muitos eclesiásticos, setores da igreja traziam novamente à luz o ultramontanismo, ou seja, o pensamento conservador de apoio inabalável ao papa e seus decretos. Gueiros Vieira⁷, comentando sobre o termo, nos diz:

“O ultramontanismo, entretanto, não encontrou no começo do século XIX um clima muito favorável no Brasil. Desde os dias de Pombal e da expulsão dos jesuítas de Portugal e suas colônias (1759)...os seminários portugueses e brasileiros haviam caído em mãos jansenistas. Além disso, apesar de todas as precauções por parte das autoridades portuguesas, grandes quantidades de literatura revolucionária da França e dos Estados Unidos da América haviam entrado na colônia. O escolasticismo quase que desapareceu do currículo das escolas brasileiras. O cartesianismo e o eclecismo tinham tomado seu lugar.”

Este pensamento conservador teve um desenvolvimento lento, mas continuado, e já em 1826 dois padres, William Paul Tilbary e Luís Gonçalves dos Santos, apareciam entre os primeiros a publicar artigos contra a maçonaria.⁸ Em meados do século XIX as idéias liberais britânicas começaram a ganhar no Brasil maior penetração do que o pensamento francês, preponderante até então. Isto se deve ao crescimento da influência inglesa em Portugal, e como conseqüência, no Brasil.



“Não somente as idéias liberais e mercadorias inglesas, como o sistema inglês do bipartidarismo e o parlamentarismo foram todos importados para o Brasil e aceitos como última criação da sabedoria humana.”⁹

Esta influência refletiu-se na maçonaria com a preponderância do **Rito Escocês Antigo e Aceito**, sobre o Rito Francês ou Moderno. Em 1832, após a partida de D. Pedro I para Portugal, voltaram a funcionar plenamente as Potências maçônicas por ele suprimidas desde 1823. Este foi o ano de introdução da

prática do Rito Escocês Antigo Aceito, que rapidamente ganhou se firmou na maioria das Lojas.¹⁰

Como já comentamos, as bulas papais não eram aplicadas à risca no Brasil, pois o Imperador não dera a elas sua sanção e, por isso, não tinham força de lei sobre a igreja católica em nosso País. Um exemplo típico do pensamento da época é o relato feito pelo missionário presbiteriano A .L. Blackford,¹¹ numa carta ao jornal *The Christian World*, onde comentava:

“...A maçonaria no Brasil era um grande fato e um grande poder. Outrossim, era um dos mais importantes meios que Deus tinha usado e estava usando para quebrar o catolicismo no Brasil... Os maçons eram odiados e denunciados pelo partido ultramontano, relatou Blackford, no entanto, havia lojas maçônicas em quase todas as cidades e qualquer brasileiro que desejasse ser considerado respeitável, pertencia à Ordem. Muitos padres católicos eram líderes

dessas lojas maçônicas. Os padres não estavam prestando atenção à encíclica papal contra a maçonaria, continuou Blackford. De fato, afirmou: O cura da Igreja Catedral em São Paulo (o missionário referia-se provavelmente a Frei Joaquim de Monte Carmelo, cônego da Catedral de São Paulo, que era conhecido como maçom exaltado), falando com um amigo de Blackford, fizera uma afirmação que era típica dos padres maçons da época. Em resposta à pergunta se ele estava ou não cômico de que o papa excomulgara os maçons, o padre alegadamente respondeu: Que me importa o papa? O papa está em Roma e eu sou brasileiro”.

A maçonaria brasileira, assim como a europeia, conheceu desde o início vários sistemas, com a fundação de vários **Grandes Orientes** e Supremos Conselhos, que tiveram curta duração ou sofreram mutações, culminando em 1863 com o Grande Oriente do Vale do Lavradio, sob a direção do Barão de Cairu, e o Grande Oriente do Vale dos Beneditinos, dirigido pelo republicano Saldanha Marinho.

Ambos os **Grandes Orientes** Praticavam o R.:E.:A.:A.:. Os maçons monarquistas do Lavradio conviveram em harmonia com os republicanos dos beneditinos, bem como com a igreja católica, até que os clérigos conservadores começaram a ter domínio sobre a Igreja no Brasil.

Dentro do relacionamento Igreja-Império, era exigido pela constituição um juramento de fidelidade prestado à igreja católica pelos deputados em seu ato de posse. Esse juramento era também estendido a muitos outros cargos públicos. Se tomados literalmente, e confrontados com os decretos papais, os juramentos forçariam muitos maçons a deixarem seus cargos. Como reflexo do endurecimento da posição da liderança do catolicismo brasileiro, o padre Almeida Martins foi suspenso das ordens após ter reconhecido de público sua condição de maçom.

O confronto igreja católica-maçonaria ganhou novas cores em Pernambuco. O jornal maçônico **A Verdade** publicou um artigo de Lawrence Louis-Felix Bungener com o título de **Controvérsia Evangélica- A Perpétua Virgindade de Maria**.¹² No artigo, o autor citava textos bíblicos que indicavam que Maria tivera outros filhos além de Jesus. O bispo de Olinda, D. Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, publicou pastoral concitando todos os católicos a defenderem Maria desse grande insulto, fruto das maquinações maçônicas. Preocupado com a tendência do governo brasileiro, D. Vital escrevia em 1873:

“Ou o governo do Brasil declara-se a-católico, ou declara-se católico.”¹³

A crise precipitou-se quando D. Vital mandou interditar as igrejas e capelas das irmandades entre cujos membros se sabia da existência de muitos filiados à maçonaria até que estas eliminassem de seu meio aqueles que fossem maçons. Também no estado do Pará, o bispo D. Antônio Macedo Costa, tomou medidas idênticas, abrindo o confronto, pois as irmandades apelaram à autoridade do Imperador, pedindo que fosse quebrada a interdição. O Internúncio Domênico Sanguigni não aprovava a maneira com que os bispos de Olinda e do Pará trataram a questão das irmandades católicas. Cômico dessa desaprovção, D. Vital escreve uma carta ao papa em 1873, explicando suas razões. A resposta do papa veio no breve intitulado *Quanquan Dolores*, que chegou em suas mãos em 12 de junho, no mesmo dia em que lhe era dado conhecimento de que o Conselho de Estado atendera o pedido das irmandades que apela-

ram ao Imperador, e que dentro de um mês a interdição decretada pelo bispo seria anulada. No breve papal, Pio IX sugeria ao bispo que concedesse às irmandades um ano para se corrigirem, se, contudo não obedecessem, o bispo teria plenos poderes para dissolver as irmandades e criar outras.¹⁴ Segundo as leis vigentes, D. Vital deveria solicitar o placet do Imperador permitindo a divulgação do breve recebido. Contudo, intempestivamente, o bispo fez publicar o documento sem a autorização do placet imperial, ordenando a dissolução das irmandades. Este fato foi bem aproveitado pelos maçons e liberais, divulgando que o bispo extrapolara seus poderes, passando por cima da Constituição. As irmandades que D. Vital mandara dissolver eram instituições mistas, religiosas e civis, não podendo portanto ser dissolvidas somente por decisão eclesiástica. Argumentava-se que estava ocorrendo nesse caso a ingerência de um governante estrangeiro, o papa, nos assuntos internos do Brasil.

Com o problema criado, não restou ao governo outra solução senão prender o bispo D. Vital, levando-o a julgamento no Rio de Janeiro, juntamente com o bispo do Pará. Um dos efeitos desse confronto foi trazer novamente à discussão a idéia da separação entre a igreja e o estado, que em 1869 já havia sido objeto de projeto apresentado no senado por Antônio Luís Dantas de Barros Leite.¹⁵

O projeto concedia também liberdade de culto religioso, exigindo apenas que se observasse a moral cristã. Havia, contudo, um problema legal envolvido nesse tema. A lei aprovada em 1827 considerava traição apoiar movimentos em prol da liberdade de culto!¹⁶

Um curioso impasse foi também criado no senado, envolvendo o primeiro-ministro, Barão do Rio Branco, que tinha admitido ser Grão-Mestre da maçonaria. O senador Cândido Mendes de Almeida disse que:

“A maçonaria era uma seita que tinha saído a campo para destruir a igreja, e criar leis no Brasil que tolessem ataques aos dogmas da igreja, não era isso crime punível pela lei de 1827? Não era passível de aplicação da lei um ministro que participara de um complot para destruir a religião do estado?”¹⁷



Monsenhor Pinto Campos – Revista Ilustrada
1976 – Inst. Est. Bras. da USP – SP
A caricatura reproduz fase do litígio
O Bispo de Olinda pune Monsenhor Pinto de
Campos, que celebra o casamento de um Maçom

Contudo, membros importantes do governo apoiavam a idéia da separação Estado/Igreja, como o Visconde Vieira da Silva e Liberato Barroso, ex-ministro do Império, que em loja maçônica profere discurso defendendo a idéia. Também o ex-padre e advogado Dr. Francisco José de Lemos defende tese na Ordem dos Advogados do Brasil, abordando o tema.¹⁸

As Reivindicações

Em 1874, quando da chegada para julgamento do bispo de Olinda, Quintino Bocaiúva, Tavares Bastos e membros da Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro, encabeçaram um movimento em prol da separação entre igreja e estado. Em 6 de fevereiro de 1874 foi expedida uma carta circular dirigida “a todos os brasileiros”, pedindo a participação de todos para assinarem a petição anexa, mandando-a de volta pelo correio. O texto da petição solicitava da assembléia o seguinte:¹⁹

- A plena liberdade e igualdade de todos os cultos;
- A abolição da igreja oficial e sua emancipação do estado, com a suspensão dos privilégios (especiais) outorgados aos sectários dessa igreja;
- O ensino da escola pública separado do ensino religioso, que aos pais incumbe no seio da família, e na igreja aos ministros de cada seita particular;
- A instituição do casamento civil obrigatório, sem prejuízo das cerimônias religiosas conforme o rito de cada cônjuge;
- O registro civil de nascimentos e óbitos;

A secularização dos cemitérios e sua administração pela municipalidade.

Essas petições foram divulgadas por todo o império através de lojas maçônicas, clubes liberais e republicanos e A **Imprensa Evangélica**. Na oposição às petições encontravam-se tanto católicos conservadores como maçons monarquistas, e até mesmo um bispo, P. Antônio Pereira Viçosa, de Mariana, pronunciou-se com rigor a respeito, através de uma pastoral onde alertava aos católicos que aquele que assinasse as petições estaria incorrendo em grave pecado.²⁰

Saldanha Marinho deixou registrado um documento intitulado “Prancha circular do Grão-Mestre do Grande Oriente, Dr. Joaquim de Saldanha.”, onde aborda o controvertido tema. Em seu texto ele diz ser o objetivo da maçonaria *“libertar o espírito humano da superstição, promover a instituição do casamento e do registro civil, a fim de libertar o homem de uma igreja intolerante e exclusivista.”*²¹

Saldanha Marinho realizou também campanha com a publicação de artigos em jornais, sob o pseudônimo de “Ganganelli”.

Após o julgamento dos bispos D. Vital e D. Antônio, surgiram notícias de movimentos revolucionários populares em todo o país, com maior intensidade no nordeste. O governo considerava esses movimentos como tendo sido insuflados pelos jesuítas. Como vários deles eram estrangeiros, foram expulsos do país. Na Sé de Olinda, a revolta chamada de “Quebra Quilos” teria sido aparentemente planejada e conduzida pelo padre Calistro Corrêa da Nóbrega, vigário

de Campina Grande, e o padre José Ibiapuna. Em Independência, na Paraíba, os revoltosos tentaram demolir um teatro, que pensaram ser um templo maçônico.



*“Em Campina Grande, na Paraíba, os sertanejos invadiram os escritórios de uma sociedade que supunham ser maçônica, apreenderam-lhe os livros e entregaram-nos ao vigário local, padre Calistro Corrêa Nóbrega, que os recebeu à porta da Igreja. Ocorrências semelhantes tiveram lugar em Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte. Por onde passava, a turba jogava fora os pesos e medidas padrões, e queimava os arquivos municipais e os cartórios de registros de terras. Contudo, sempre se demonstrava contra a maçonaria e em defesa da Igreja.”*²²

Por causa das revoltas, o governo reviu a punição dos bispos, e com a intermediação do Duque de Caxias foi elaborado um acordo com o Vaticano segundo o qual os bispos seriam anistiados e a interdição das irmandades levantada.

As mudanças pleiteadas por meio da mencionada petição não foram atendidas. Apenas foi permitido a qualquer deputado recusar-se a prestar o juramento de lealdade à Igreja Católica, bastando para tanto declarar que isso era contra suas convicções. Os outros pedidos só foram alcançados após a proclamação da República.

A Situação Atual

Passados os tempos revolucionários, as nações viveram os inexplicáveis conflitos de duas guerras mundiais e um sem número de outras localizadas, que modificaram os antigos mapas políticos do planeta. Nesses novos tempos, os regimes totalitários do leste europeu tomavam medidas enérgicas para extirpar as associações maçônicas de seus territórios, mas ultimamente, com a inesperada e surpreendente queda de antigos regimes, a maçonaria encontrou nessas regiões um imediato renascimento. Até mesmo em solo russo foi instalado, no ano de 1996, um **Supremo Conselho do Grau 33**, com a presença de

representantes de todas as outras instituições similares do mundo, dentre eles o do Brasil.

No que se refere à interface maçonaria/igreja católica contudo, nada foi oficialmente alterado. É certo que na prática parecem ter sido esquecidas todas as bulas papais, e o antagonismo histórico e tradicional deixou de ser cultivado. Todavia, nenhum documento oficial do Vaticano foi exarado anulando as antigas condenações. Pelo contrário, a julgar pelo documento “Declaração sobre a Maçonaria”,²³ do Cardeal Ratzinger, datada de 1983, nada mudou nesse campo:

“Foi perguntado se mudou o parecer da Igreja a respeito da Maçonaria, pelo fato de que no novo Código de Direito Canônico ela não vem expressamente mencionada como no Código anterior. Esta Sagrada Congregação quer responder que tal circunstância é devida a um critério redacional seguido também quanto às outras associações igualmente não mencionadas, uma vez que estão compreendidas em categorias mais amplas. Permanece portanto imutável o parecer negativo da Igreja a respeito das associações

maçônicas, pois os seus princípios foram sempre considerados inconciliáveis com a doutrina da Igreja e por isso permanece proibida a inscrição nelas. Os fiéis que pertencem às associações maçônicas estão em estado de pecado grave e não podem aproximar-se da Sagrada Comunhão. Não corresponde às autoridades eclesásticas locais pronunciarem-se sobre a natureza das associações maçônicas com um juízo que implique derrogação de quanto acima estabelecido e isto segundo a mente da Declaração desta Sagrada Congregação de 17 de fevereiro de 1981 (cf. AAS 73, 1981, p. 240-241). O Sumo Pontífice João Paulo II, durante a audiência concedida ao subscrito Cardeal Prefeito, aprovou a presente declaração, e ordenou a sua publicação.”

O texto acima é suficientemente claro, dispensando comentários. Ultrapassamos de muito os velhos tempos das acusações de um *complot* para anular a ação da Igreja no mundo, com ações revolucionárias, ou o satanismo descrito por Leo Taxil. As reivindicações históricas da maçonaria, como separação entre Igreja e Estado, casamento e registro

civis, liberdade de crença religiosa, ensino leigo etc., são realidades tão corriqueiras que hoje causa admiração terem um dia sido consideradas ameaçadoras e satânicas pela igreja católica. Cabe então considerar os motivos apresentados hoje pela Igreja para continuar mantendo a mesma posição tradicional de rejeição à maçonaria.

Esta posição oficial da igreja católica frente à maçonaria é apresentada no pequeno mas significativo livro Estudos da CNBB - 66, de 1993.²⁴ Nas primeiras 48 páginas é apresentado um resumo correto da história da maçonaria e em seguida trata da inter-relação moderna igreja/maçonaria, comentando as tentativas de aproximação na Escandinávia e Filipinas e as publicações oficiais de Roma sobre o tema em 1974 e 83. Cita também o documento publicado pelos bispos alemães sobre a questão da participação dos católicos na maçonaria, reunindo também aspectos levantados por outras denominações religiosas. Os motivos da alegada inconciliabilidade são os seguintes:²⁵

- 1. Embora não exista uma cosmovisão maçônica determinada, o relativismo pertence às convicções fundamentais da Maçonaria;*
- 2. a possibilidade de conhecimento objetivo da verdade é negada pela Maçonaria; a relatividade de qualquer verdade se encontra na base da Maçonaria; a compreensão que os maçons têm da religião é relativista: todas as religiões são tentativas concorrentes para exprimir a verdade última e inatingível de Deus. O próprio conceito maçônico de uma religião 'em que todos os homens coincidem' implica uma atitude religiosa relativista;*
- 3. a Maçonaria não admite um conhecimento objetivo de Deus, no sentido do conceito pessoal do teísmo. O 'Grande Arquiteto do Universo' é algo neutro, indefnido e aberto a qualquer interpretação;*
- 4. a concepção que a maçonaria tem de Deus não deixa espaço para uma revelação divina, tal como é afirmada pela fé de todos os cristãos;*
- 5. enquanto a tolerância católica é uma atitude de benevolência em face das pessoas, a tolerância maçônica diz respeito a idéias, por muito contraditórias que elas possam ser entre si; na realidade é mais uma expressão do relativismo;*

- 6. as ações rituais maçônicas manifestam, nas palavras e nos símbolos, um caráter semelhante ao dos sacramentos, como se objetivamente produzissem no homem uma certa transformação;*
- 7. o aperfeiçoamento ético perseguido como meta última na Maçonaria é absolutizado e isolado da graça divina, não deixando nenhum espaço para a justificação do homem, no sentido cristão; a Maçonaria apresenta a seus membros uma exigência de totalidade, que reclama uma pertença a ela na vida e na morte, o que não parece deixar espaço para a Igreja."*

O texto relata ainda a posição de outras igrejas: Luterana na Alemanha; Anglicana e Metodista na Inglaterra; Presbiteriana na Escócia; Luterana dos Estados Unidos e Brasil; e Presbiteriana Independente do Brasil, todas ressaltando aspectos relacionados com a salvação pelas obras e o conceito de Deus supostamente pregados pela maçonaria.

As considerações apresentadas anteriormente já respondem a alguns destes itens, e mostram que os bispos alemães, como também

as outras igrejas, fizeram uma leitura errada da maçonaria. Em vez de apresentar comentários explicando o erro de cada um dos argumentos apresentados acima, deixarei que isso seja feito por alguém de dentro de uma dessas conceituadas instituições religiosas, o padre jesuíta José Antônio Ferrer Benimelli. Benimelli foi um grande historiador, professor de História Contemporânea na Universidade de Saragoça, na Espanha, dedicado ao estudo da maçonaria. Pronunciou várias conferências sobre o tema em muitas universidades européias e americanas, sendo membro de vários institutos de pesquisa histórica internacionais, publicando mais de 20 obras sobre maçonaria. No livro *Maçonaria e Igreja Católica, ontem hoje e amanhã*, escrito em conjunto com G. Caprile e V. Alberton, ele analisa detalhadamente cada um dos argumentos dos Bispos alemães.²⁶ Apresentarei a seguir a transcrição de seus comentários.

Diz o professor Benimelli:

“Os bispos alemães - daí a confusão que despertou este documento - limitam-se a analisar o problema no terreno da pureza e da integridade

da fé, diante das ‘dificuldades insuperáveis’ de natureza teológica e doutrinal que, segundo eles, tornam incompatíveis aos católicos sua presença na maçonaria, não já em virtude de uma presumida hostilidade, mas em virtude de alguns princípios que, interpretados do ponto de vista da teologia, resultam inconciliáveis com a fé católica. Mas o que é grave é que a interpretação que se faz destes princípios nem sempre é correta.”

Com relação ao primeiro motivo, o alegado relativismo dos maçons, unido ao conceito de verdade, o autor aduz os seguintes comentários:

“...a maioria dos maçons não entenderia hoje, sobre o relativismo de que os acusam, nada distinto do que o Concílio Vaticano II chama de liberdade de religião. O segundo motivo, para a incompatibilidade radica no conceito de verdade da Maçonaria: ‘Os maçons negam a possibilidade de um conhecimento objetivo da verdade’. A declaração diz que isso se deduz do conhecido dito de Lessing, segundo o qual a busca da verdade é mais santa do que a posse da verdade. Além de ser toda generalização in-

justa e falsa, no pior dos casos, esta acusação é bastante difusa; de fato os maçons não repelem a fé nos dogmas, mas renunciam unicamente ao estabelecimento de proposições obrigatórias, porque pensam que só assim poderão chegar a um estado de unidade. Por outra parte, já que o ultrapassado Dicionário maçônico de Lenhoff-Posner é citado freqüentemente na declaração como testemunho principal, teria que sê-lo também aqui, já que descreve neste caso exatamente a atitude dos maçons com respeito aos dogmas: 'A Maçonaria não conhece dogmas, mas aceita os seguidores dos diversos dogmas religiosos, políticos e nacionais, contanto que se submetam à obrigação da tolerância. A Maçonaria é adogmática, não antidogmática, como se afirma muitas vezes.'"

Os outros motivos apresentados pelos bispos alemães são discutidos com a mesma precisão e lucidez:

"O terceiro motivo alegado é que o conceito da religião por parte dos filiados à franco-maçonaria, é relativista: Todas as religiões são tentativas concorrentes de expressar a verdade divina que, em última análise, é inatingível. E mais adiante

acrescenta o documento alemão: 'O conceito de uma religião em que todos os homens concordam implica numa concepção relativista da religião, que não pode conciliar-se com a convicção fundamental do cristianismo'. Aqui se comete o grave erro de considerar a Maçonaria como uma religião, como a religião na qual todos os homens concordam. Na realidade, a Maçonaria se considera a si mesma como o 'espaço' ou centro de união em que se há de conseguir uma verdadeira amizade entre homens que, de outra maneira permaneceriam distantes entre si devido a suas diferentes convicções políticas, filosóficas e religiosas."

Segundo o que se depreende do texto alemão, com relação à suposta *religião na qual todos os homens estão de acordo*, os bispos também não leram o texto de Anderson até o final, conforme foi comentado anteriormente. Mas voltemos ao texto de Benimelli:

"Algo semelhante deve-se dizer com respeito aos pontos 4 e 5 da declaração, nos quais não se aceitam os conceitos de Deus dos maçons e sua relação com respeito à revelação. Aí se diz: 'A representação de Deus da Maçonaria não

permite uma idéia de uma auto-revelação de Deus, tal como esta é aceita e conservada por todos os cristãos'. A esta falsa interpretação já havia respondido anteriormente a declaração de Lichtenau- Apêndice XI- na qual se dizia textualmente que 'os maçons não têm nenhuma representação comum de Deus'. O ponto 6 da declaração episcopal alemã de incompatibilidade católicos-maçons se ocupa da idéia da tolerância dos maçons: 'O católico entende sob tolerância a compreensão devida a seus semelhantes. Mas, no caso dos maçons, domina a tolerância com respeito às idéias, por mais contrárias que sejam umas das outras... Um conceito de tolerância deste tipo abala a atitude do católico na sua fidelidade à fé e no reconhecimento do magistério da Igreja'. Realmente, pode-se ouvir de alguns maçons aqui e acolá, a opinião que acabamos de descrever. O problema consiste, precisamente, em se perguntar se estes maçons se entendem e se interpretam corretamente... Na realidade, a tolerância dos maçons deriva da dignidade da pessoa humana, o mesmo que a tolerância do Concílio Vaticano II, em sua declaração sobre a liberdade religiosa. Neste sentido, podemos ler a respeito dos irmãos maçons o seguinte, no artigo 2 das

já mencionadas leis fundamentais maçônicas: 'Em respeito à dignidade de cada ser humano, promovam o livre desenvolvimento da personalidade, assim como a fraternidade, a tolerância e a disponibilidade em ajudar e a educação'.

Os pontos 7 (as ações rituais dos maçons) e 9 (a espiritualidade dos maçons) da Declaração episcopal alemã acusam os maçons de darem aos seus símbolos caráter sacramental, e a Maçonaria – como uma religião – de se apresentar com exigência de totalidade de seus membros... Esta acusação não é nova; desde há muito tempo se vem tratando na literatura se a Maçonaria é ou não uma religião, se é ou não uma espécie de seita cristã, uma contra-igreja, um substituto da religião, ou, inclusive, uma confissão. Não obstante, tem-se que frisar – conquanto algum maçom isolado opine o contrário – que está suficientemente demonstrado que a maçonaria não é uma religião. E nesse sentido se manifestou também a declaração de Lichtenau, onde se diz que 'a Maçonaria não é uma religião e não ensina nenhuma religião'. A Maçonaria não é nem tem jamais sido uma religião. É uma sociedade leiga, com finalidade filan-

trópico-cultural e humanístico-filosófica que tem um ideário de fraternidade universal e aperfeiçoamento do homem suficientemente amplo e ambíguo em suas formulações para que tenham nela abrigo, homens de diferentes crenças e opiniões políticas, sem que isso suponha indiferentismo, nem sincretismo, mas simplesmente tolerância e respeito com relação à liberdade de pensamento e de crença dos demais numa associação na qual têm lugar todos os crentes – sejam estes cristãos, católicos, muçulmanos, budistas... Portanto, se não é uma religião, em grande parte estão fora de lugar as valorizações e críticas teológico-pastorais que se fazem na Declaração episcopal alemã, pois estão utilizando uma metodologia puramente de doutrina religiosa, como se tratasse de um confronto ecumênico de duas comunidades religiosas que põem às claras suas respectivas incompatibilidades doutrinárias. Isto não impede que algum maçom, subjetivamente e a título individual, conceba a Maçonaria como um substitutivo de sua religião.”

Como podemos ver, as explicações do professor Benimelli não deixam qualquer dúvida

sobre a impropriedade das alegações dos bispos alemães, que foram aqui publicadas com o aval da CNBB, refletindo uma comunhão de pensamento da instituição eclesial brasileira com a sua congênera alemã. As objeções levantadas não mais se sustentam quando se demonstra que elas nascem de uma visão falsa e distorcida de maçonaria, que em nada corresponde aos ensinamentos e práticas da Instituição, em qualquer parte do mundo.

Enfim, para concluirmos o que falamos nesta aula, devemos distinguir maçonaria de maçonaria, isto é, de organizações que ostentam o título maçônico mas que não adotam os ensinamentos e fundamentos da maçonaria tradicional, não sendo por isso consideradas como participantes do tronco legítimo e original cujas raízes se firmam nas corporações operativas, conforme foi apresentado neste trabalho. Também é preciso admitir que da imensa galeria de autores maçônicos, alguns há que, por falta de conhecimento histórico, não alcançaram uma profundidade de compreensão da instituição como a apresentada pelo professor Benimelli e que, levados pela fantasia e misticismo, dão em suas obras

apoio às objeções levantadas pelas igrejas. Na próxima aula veremos a origem de históricos conflitos religiosos e a participação maçônica em movimentos revolucionários.